



CAPÍTULO 6

Matar e manter: conservação ambiental como transformação técnica

Carlos Emanuel Sautchuk

Situações comumente denominadas de conflitos socioambientais tornaram-se frequentes com o avanço das frentes de desenvolvimento e do conservacionismo (Diegues, 2000; West et al., 2006; Anderson & Berglund, 2014) e recebem atenção crescente dos antropólogos, também no Brasil. Abordarei aqui uma faceta particular deste fenômeno, muitas vezes considerada menos crítica ou problemática, que se costuma chamar de manejo participativo em áreas protegidas. Trato do caso de um termo de compromisso (Ibama, 2006) firmado entre, de um lado, moradores e pescadores de uma vila no litoral do Amapá e, de outro, funcionários da Reserva Biológica do Lago Piratuba (RBLP daqui em diante), unidade de conservação na Amazônia brasileira. Proponho explorar as diferenças e, acima de tudo, as convergências parciais, não apenas no plano político-legal, mas no emprego de objetos técnicos e nas modificações espaciais implementadas com o termo de compromisso (doravante TC).

Vale iniciar citando o fato, já muito demonstrado, de que o conservacionismo e o ambientalismo, de modo geral, se originam de uma forma muito particular de relação com o ambiente, filiada a uma tradição moderna de tratamento da natureza (Ribeiro, 1992; Thomas, 2010; Ingold, 2000: cap. 12). Esta foi nomeada por Descola (2005) de naturalismo, e compreende tanto a exploração quanto a proteção da natureza, que resultam em impactos variados sobre diversas outras formas de ligação com o ambiente. Os conflitos gerados por esta postura são muitas vezes designados pela antropologia através da relação (ou da oposição) entre conhecimentos tradicionais e conhecimentos científicos (p.ex., Little, 2010; Nadasdy, 2005). Neste amplo cenário, há o

interesse etnográfico no processo de implementação de áreas protegidas (West et al., 2006), que deve levar em conta que são encampados nestas dinâmicas outros conflitos e interesses (Lopes, 2006), e surgem também apropriações singulares de ideias e de disposições práticas alheias (Albert, 2002; Almeida, 2013; Descola, 2005).

Noções como a de território e de conhecimento são centrais neste debate antropológico, assim como no âmbito das políticas públicas, inclusive no cenário internacional. Apesar de efetivas em vários planos analíticos ou políticos, estas categorias parecem menos sensíveis quanto a um aspecto importante do fenômeno da conservação e da implantação de áreas protegidas, a saber, o modo como esse processo reorganiza o próprio espaço através de diferentes técnicas e objetos. Em outras palavras, se no fenômeno da conservação o que está em jogo são acima de tudo formas e meios de ação – que são capazes então de instituir e caracterizar uma área – parece útil lançar um olhar mais atento para o papel dos meios envolvidos e para suas transformações.

Ao insistir neste ângulo, o presente capítulo distancia-se, por um lado, da ênfase na expressão discursiva/cosmológica do conflito socioambiental e, por outro, da abordagem de acesso a recursos ou de apropriação do meio natural. Como alternativa, aciona uma perspectiva que privilegia a dinâmica relacional entre objetos e seres (inclusive os humanos). Diga-se que o interesse pelos modos de ação dos ditos não humanos tem sido um tema emergente entre antropólogos dedicados ao ambientalismo e aos conflitos socioambientais (Escobar, 1999; Little, 1999; Nadasdy, 2005; Brightman, 2012; Blaser, 2013). Também sob influência da crise do binômio natureza/cultura, adota-se aqui, porém, uma abordagem antropológica voltada para as técnicas, entendendo-se por isto não simplesmente o que se costuma caracterizar como atividade produtiva ou instrumental, mas formas de relação com o ambiente, os objetos e a vida de modo geral (Mauss, 2009). Neste sentido, se tanto a pesca quanto a conservação são dotados de uma tecnicidade própria, se coloca o problema dos termos de sua conjugação. Isto leva a compreender a RBLP e o TC não como causas ou resultados, mas como manifestações das transformações técnicas. Para demonstrá-lo, adota-se uma abordagem etnográfica da mudança, de caráter pragmático, que pensa as reconfigurações do espaço e dos objetos técnicos como aspectos fundamentais da dinâmica da conservação e do chamado manejo participativo.

PEGA MUITO OU PEGAL MAL?

Em 2005, retornando após poucos meses de intervalo na pesquisa de campo, levei fotografias impressas para entregar a meus anfitriões na Vila Sucuriju, que contava com cerca de 500 pessoas. Dentre elas, vários *laguistas*, como são chamados os arpoadores que capturam o peixe pirarucu na região de lagos e campos alagados no litoral do Amapá. Trata-se de uma zona adjacente à vila, no interior da RBLP, na região do Cabo Norte, parte setentrional do estuário do Amazonas. As fotografias impressas tinham o objetivo difuso de retribuir o acolhimento que me fora dispensado por meus anfitriões, assim como o de atender ao pedido de muitos deles para ver e receber cópias impressas das imagens e dos retratos que pediram. Um dos mais entusiasmados com este presente foi Camapu, que figurava então entre os arpoadores mais afamados localmente. Com aquelas imagens ele se viu inflado em seu já pronunciado orgulho e mostrou durante vários dias a todos que encontrava uma das fotografias, a modo de um troféu, na qual apareciam ele e um grande pirarucu estendido no fundo de sua canoa. De fato, arpoar o pirarucu é algo extremamente valorizado localmente e, entre os arpoadores, gozam de singular prestígio aqueles que se destacam na arte de capturar este peixe “sabido”, “inteligente” e “velhaco”.

Ocorre que para os arpoadores, como é comum entre pescadores, o reconhecimento do talento e das propriedades alheias não vai desacompanhado de brincadeiras e jocosidades. Assim que, a certa altura, um colega gaiato achou de identificar uma marca próxima da nadadeira dorsal do pirarucu capturado por Camapu. Passou então, em tom de galhofa, a espalhar pela vila que aquilo era o signo indubitável de que o peixe havia sido capturado com rede, e não com arpão. Como a difamação brincalhona surtira efeito no interessado, era reiterada com requintes malandros: “Covarde! Pega o bicho de rede e depois mete a faca!”. Sentindo-se de tal maneira ofendido, Camapu não só deixou de mostrar a imagem, mas se desfez para sempre da fotografia (e eu, por solidariedade, do negativo), como que para não dar margem a novas investidas contra sua reputação, zelosamente erigida através de décadas de encontros bem-sucedidos entre seu arpão e o pirarucu (Sautchuk, 2015).

O aborrecimento de Camapu era àquela altura um sinal do grave problema vivido entre os laguistas acerca da disseminação da rede para capturar pirarucu. Introduzida localmente com a chegada de fibras sintéticas para cordas

e malhadeiras, ainda entre os anos 1970 e 1980, a rede de pirarucu se tornara mais comum nas décadas seguintes, e a percepção negativa sobre o incremento de seu uso era crescente naquele ano de 2005. Ao mesmo tempo em que parte dos arpoadores recorria de forma mais ou menos encoberta e limitada a este modo de captura, havia acusações mútuas, em geral veladas, de uso da rede. Não que este apetrecho fosse formalmente proibido, mas era considerado negativamente do ponto de vista moral. Quando a rede era usada em associação com o arpão, apenas para aumentar as chances de atingir o animal com a arma, o laguista em geral minimizava seu papel: “estava só usando uma redinha ali...”.

Por um lado, havia algo que com certa liberdade poderíamos chamar de uma “crise de consciência” demonstrada por vários laguistas que faziam uso da rede. Para além do pressuposto geral igualitário de que *todos* os arpoadores matam, mas uns são mais *felizes* do que outros, quando a avaliação inclui o uso da rede, a hierarquização vem ao primeiro plano – não tanto pela quantidade, mas pela forma da captura. Os mais prestigiosos são sem dúvida aqueles que *trazem* (o peixe) “só na ponta do arpão, nunca apelam para a rede”. Há outros que são bons, mas que ainda *apelam* (para a rede); já os que passam a usar muito esse apetrecho chegam a receber críticas como a seguinte: “ele se confiou demais na rede, e perdeu a fé no arpão”, situação deveras problemática, grave mesmo, para um arpoador.

Pude testemunhar o incômodo generalizado com a variação e a intensificação das estratégias de emprego de redes de pirarucu, cada vez mais longas, para cercar e tapar lagos, capturando quantidades cada vez maiores de pirarucus. Era visível o incremento do uso de rede, mesmo entre aqueles que a utilizavam apenas circunstancialmente ou de forma constrangida e dissimulada. Logo, porém, este incômodo levaria os laguistas a decidirem proibir o uso da rede de pirarucu no âmbito de um TC firmado com o Ibama, à época órgão responsável pela RBLP, onde ficam os lagos em que pescam. Do ponto de vista administrativo, o TC constituiu-se numa ferramenta para conferir legalidade à entrada dos arpoadores na região de lagos situada no interior da unidade de conservação (doravante, UC). Durante esse período eu realizava pesquisa de campo, e acompanhei ou participei em diferentes momentos desse processo.

Durante as reuniões para definir o manejo da reserva, foram realizados vários encontros buscando estabelecer o que o órgão ambiental definira como um uso sustentável da região de lagos. Os principais pontos desta regulamen-

tação “participativa” referiam-se aos períodos, lugares e formas de relação com os animais e vegetais ali presentes – o que incluiu a confecção de “etno-mapas”, organização da vigilância etc. O processo se desenrolou sob uma assimetria de forças em certo nível, uma vez que o órgão ambiental detinha o poder normativo, mas os pescadores contavam com a condição efetiva para guiar pesquisadores e funcionários através dos mangues e alertar sobre a entrada de estranhos nos lagos.

O principal ponto do TC foi a convergência de pescadores e funcionários em torno da proibição do uso da rede para capturar o pirarucu. Nisto, três coisas ficaram evidentes. A primeira foi a diferença entre as razões que levaram pescadores e funcionários a aprovar a proibição. A segunda é que os princípios pelos quais pescadores e funcionários tomaram estas decisões não são totalmente comensuráveis entre eles. A terceira, e mais importante para este capítulo, é que ainda assim o termo funciona, implanta uma nova forma de relação e reconfigura o modo como o próprio arpão passa a existir nos lagos, tanto para arpoadores quanto para funcionários.

É interessante notar que, quando os funcionários apresentaram a proposta de uma limitação de seu uso, os próprios laguistas propuseram vetar completamente o emprego da rede. Evidente que a decisão dos laguistas foi estimulada pela intervenção de funcionários e pesquisadores, viabilizada pelos instrumentos de regulação criados através da presença do Estado e em convergência com certos preceitos conservacionistas. Por outro lado, o acionamento deste aparato se dá também baseado em razões próprias às formas de relação entre pescadores, objetos e animais nos lagos.

Note-se que a rede é considerada negativamente pela ampla maioria dos pescadores, mas não em função do objeto em si, por ser externo ou moderado, até porque as redes são utilizadas em diversas outras formas de captura, inclusive na pesca marítima, também praticada ali. Para os laguistas, a rede de pirarucu acarreta três tipos de problema: ela pesca sozinha, ela é uma covardia e ela espanta o peixe (cf. Sautchuk, em avaliação). Para compreender o sentido disto, que evoca o tema das escolhas de armas na Amazônia (Rival, 1996; Grenand, 1995; Erikson, 2001; Bechelany, neste volume), é preciso considerar como a rede transforma o regime de relações que o arpão medeia com o peixe. Fundamentalmente, ao pescar sozinha, a rede desfigura um dos principais eixos de construção da pessoa, que passa pelo acoplamento com o arpão e todas as disposições afetivas (ou perceptivo-motoras) ali implicadas. Mas ela tam-

bém acarreta problemas com o peixe, pois, ao agir diferentemente do arpão, a rede se configura como uma covardia em face do animal, uma vez que incita ou suscita um comportamento irracional e irascível do peixe, incompatível com sua inteligência e esperteza. Por permanecer fixa no espaço do fundo, que o arpão apenas adentra pontualmente, a rede resulta na alteração da conexão entre água e ar (ou entre *fundo e buiado*). O resultado é que o peixe não mais se apresenta nos locais onde os laguistas estão, desconfigurando todo um regime de convergências espaciais.

Vejamos então as diferenças. A rede de pirarucu é considerada negativamente pelos funcionários e consultores porque ela captura em grande quantidade, diminuindo a população deste peixe naquela área. Se para estes a rede é ruim porque “pega muito”, poderíamos dizer que, para os laguistas, a rede é rejeitada porque pega mal, em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque ela captura de maneira inadequada, desconfigurando certos modos de relação com o peixe, fazendo o animal afastar-se da presença do arpoador. Em consequência disto, a rede pega mal para a reputação do pescador, razão do constrangimento experimentado por Camapu com a fotografia. Noutros escritos (Sautchuk, 2007; Sautchuk, 2010; Sautchuk, em avaliação) trato mais longamente das razões que levaram os laguistas a rechaçarem a rede.

Se enfatizo aqui as diferenças de percepção dos pescadores e dos funcionários, é justamente para poder avançar nas implicações das divergências e convergências presentes no acordo, notadamente no que se refere à maneira como este espaço se organiza a partir dessas diferentes formas de percepção, ação e interação. Dito em outras palavras, além de constatar que objetos e práticas têm sentidos diferentes para estes dois grupos, pretendo observar como eles começam a ser usados em articulação com seus regimes técnicos de relação com o território, que passam a estar mutuamente implicados nesse espaço. Isto exige perguntar sobre como o arpão se transforma na pesca e como ele é incorporado na dinâmica da conservação – não apenas no plano discursivo, mas também no pragmático.

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, ARTEFATO E ESPAÇO GEOGRÁFICO

Em estudos de síntese, em que se abordam efeitos do ambientalismo sobre populações locais, Little (1999), West et al. (2006) e Anderson e Berglund (2014) afirmam ser preciso dar mais atenção etnográfica às configurações espe-

cíficas e às práticas de instituição de áreas protegidas. Para tanto, parece útil notar que estas se propõem a configurar, controlar ou reorganizar o fluxo e a relação entre humanos, animais, plantas e outros entes num determinado território. Ainda que esse processo seja disparado a partir da lógica espacial moderna, naturalista (Descola, 2005; Thomas, 1996), as relações se implementam em torno de interações entre diferentes formas e capacidades de percepção e ação no espaço. Ou seja, a constatação de que existem assimetrias políticas e diferenças profundas na concepção do ambiente (ou mesmo de ontologias, como muitos têm preferido) não deve minimizar o fato de que há absorções e contraposições entre formas de ação tanto sobre o espaço quanto sobre o outro.

Se notarmos a maneira como as noções de comunidades e de conhecimentos tradicionais são acionadas no Brasil, veremos que elas estão em conexão estreita com o território e mesmo com a sustentabilidade, tendo implicações inclusive no plano normativo. Se há conhecimento, este não é primariamente sobre a natureza, num sentido amplo, como parece sugerir a noção anglo-saxã de conhecimentos ecológicos tradicionais (TEK, em inglês), mas acima de tudo relativo e vinculado a determinado espaço e seu regime de usos. Isto fica explícito na discussão em torno, por exemplo, das noções de cosmografia (Little, 2001) e de população residente (Barretto Filho, 2006). Ou ainda quando Carneiro da Cunha e Almeida (2009: 300) argumentam que a emergência da forma de identificação como comunidade tradicional se dá através de um pacto em que a adequação a uma identidade pública conservacionista visa à contrapartida da manutenção do acesso e de certo modo de relação com dado território.

Nestas abordagens, apesar de suas diferenças, as dimensões étnica e epistêmica se articulam aos planos sociológico e político por meio da vinculação territorial. Adicione-se que tanto os territórios tradicionais quanto as terras indígenas poderiam ser vistas como “contraespaços”, como frisou Albert (1995: 2). Isto significa que as reivindicações identitárias não são fruto de cristalizações ou engessamentos culturais, mas formas ativas de contrapor outras dinâmicas de ocupação, nos termos permitidos pelos dispositivos de atribuição territorial (cf., p.ex., Oliveira, 1999).

Note-se que a criação das unidades de conservação amazônicas, como a RBLP, também é vista enquanto uma forma de contraposição espacial, uma vez que ela se dá no âmbito de uma ação de reorganização daquela região durante o avanço desenvolvimentista dos anos 1970. Pádua (apud Barretto Filho 2004: 53) afirma que a criação destas UCs foi uma forma de distanciar-se de “práticas

e tecnologias rudimentares herdadas do passado colonial”. Por outro lado, a conservação busca justamente instaurar novos modos de relação com aquele espaço – novas técnicas – que podem incluir pesquisa, vigilância, turismo, manejos diversos.

Este fato nos remete ao principal aspecto da instituição de uma área protegida, que não é exatamente sua criação formal, mas sua consolidação (Barretto Filho, 2004; West et al., 2006). Esta pode ser considerada como a concretização das fronteiras através do controle ou do manejo do que ocorre em seu interior, que passa, necessariamente, pela implantação de novos objetos e/ou processos técnicos, enquanto mediadores nessas relações. No caso da RBLP e seu impacto e vínculo com os pescadores da Vila Sucuriçu, pode-se dizer que o TC é um dos meios de configuração através da normatização do que deve ou não existir e como se deve agir em seu interior (em contraposição ao que está fora).

De modo que um aspecto crucial para se compreender a reorganização destas relações – inclusive os conflitos, as relações de poder e os eventuais acordos – é o estatuto especial deste espaço. A oposição entre a rede e o arpão, no caso do TC, deve ser considerada não apenas diante da oposição entre modernidade e tradição, ou entre uma perspectiva externa dos funcionários/consultores e uma perspectiva local dos pescadores, mas sim ressaltando o processo de reconfiguração espacial. Isto significa que não é suficiente permanecer na distinção entre duas lógicas – é preciso entender de que modo elas se apresentam, se relacionam e se modificam. Neste aspecto, as noções de território e de conhecimento parecem apresentar alcance limitado, seja porque estão demasiado comprometidas com os termos da arena político-administrativa, seja porque lançam menos luz sobre os processos de configuração prática do espaço da conservação. Diante disto, ao longo deste capítulo recorreremos a duas alternativas conceituais surgidas a este respeito no âmbito da antropologia brasileira: a de artefato e a de encontros pragmáticos.

Ao estudar a implantação de áreas protegidas na Amazônia, Barretto Filho (2001; 2010: 40) considera que “os instrumentos, técnicas e metodologias de planejamento e gestão” perfazem a realidade de uma UC através de sua implementação. Para ele, o manejo ambiental deveria ser considerado como um processo sociotécnico e simbólico que transforma a natureza, assim como o entendimento que se tem dela. Processo este que vai muito aquém e além da intenção normativa do ato criador do poder público. É o caso então de se dar conta do caráter “experimental, coletivo e permanente pelo qual se produ-

zem esses artefatos – construtos sacionaturais históricos instáveis” (Barretto Filho, 2010: 41).

Barretto Filho se inspira na ecologia histórica de Balée, tratando as UCs como paisagens artefatuais, em dois sentidos:

por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, de tomadas de decisão política de uma sociedade particular, criadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, porque estes produtos vêm sendo apropriados e partilhados hoje em dia de modo não necessariamente antecipado por aqueles que os conceberam e criaram (Barretto Filho, 2001: 38).

Isto remete também ao argumento de que o que se está buscando conservar não é a natureza virgem, mas formas “culturais” de relação com a floresta (Balée, 1989). A própria ecologia histórica confere conotação espacial a este argumento por meio da noção de “domesticação da paisagem”, que Erickson (2006) emprega para referir-se à complexa configuração espacial de povos ameríndios, envolvendo diferentes espécies, práticas e modificações físicas. No caso da conjunção entre UCs e comunidades tradicionais, o projeto espacial naturalista se atualiza necessariamente através de uma interação (via de regra conflitiva) com esta paisagem já organizada, mesmo que os estudos de implantação e as práticas de manejo raramente empreguem metodologias que o evidenciem.

Para entender esse processo, é necessário dar conta de suas formas de ação e, sobretudo, compreender como elas interagem e se incorporam umas nas outras, muitas vezes em interface com outras frentes de constituição do espaço, a exemplo das ondas extrativistas. É nesta direção que West et al. (2006: 264) sublinharam a necessidade de se atentar para como as áreas protegidas produzem espaço em sua relação com os grupos locais não apenas no plano discursivo, simbólico ou sociológico, mas incluindo a dimensão material. Barretto Filho (2010: 169), nesta mesma direção, enfatiza justamente “a dimensão tecnológica da construção [de uma UC]: processo que opera com meios materiais sobre materiais naturais”.

Justamente por isto, a compreensão das dinâmicas envolvidas em implantações de UCs conduz à necessidade de se explorar melhor a conexão entre espaço e técnica. Nisto vale acompanhar o geógrafo brasileiro Milton Santos, para quem o espaço não é um dado ambiental, físico ou social, mas se define “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”

(2009: 21). Santos recorre a Mauss (2006) e a Simondon (1989) em sua qualificação técnica da geografia, chegando a afirmar que “só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (Santos, 2009: 37). Até mesmo porque ele atribui propriedades normativas ao fenômeno técnico, considerando que este opera uma convergência entre a vida e as formas de organização espacial. Mas note-se que, afastando-se de qualquer determinismo, Santos (2009: 97) afirma que os objetos são redefinidos pelo espaço em seu conjunto, e justamente por isto os objetos geográficos (como as UCs) deveriam ser tidos como instáveis, com significação variável, de modo que “seu sentido aparece nas situações pragmáticas”. Isto se articula com a ideia de que o ambiente de um grupo só pode ser conhecido por meio de suas técnicas, que deveriam informar qualquer abordagem ecológica (Sigaut, 1994: 444).

De fato, os principais aspectos da história sociotécnica da RBLP revelam a variabilidade das configurações técnicas deste espaço, o que transforma seus sentidos e engajamentos. Sua criação é contemporânea ou está atrelada a outros processos regionais. Ela é inicialmente sugerida no âmbito dos sobrevoos de prospecção para o desenvolvimento econômico da região amazônica (Sautchuk, 2007) nos anos 1970, que dão oportunidade ao registro e ao argumento da preservação de aves migratórias. Por outro lado, sua instituição formal em 1980 é concomitante ao recrudescimento da fiscalização sobre a proibição do comércio de peles de animais silvestres (Sautchuk, 2007; ver Antunes et al., 2014), medida que afeta diretamente os laguistas do Sucuriçu, tornando-os então mais voltados ao pirarucu e a outros peixes.

No que tange aos agentes da conservação, ocorre significativa mudança no padrão e nos meios de ação. Nas primeiras duas décadas sua presença era esporádica, mas pautava-se numa ação direta de proibição e uso da força. Chegando de surpresa, os agentes do estado confiscavam ou inutilizavam as feitorias e os arreios de pesca e chegavam a humilhar os pescadores, mas a intermitência desta presença gerava efeito quase nulo, tanto no padrão de ocupação dos arpoadores na região de lagos quanto na fixação de fronteiras bem definidas. A partir deste século, novo estilo de ação se configura, por meio de outra ordem de meios sociotécnicos. Entram em cena sobretudo dispositivos relativos à comunicação e à geração de informações: visitas frequentes de funcionários à vila, ida de pescadores para atividades na cidade, mapeamento participativo com GPS e sobrevoos, levantamentos científicos em

várias especialidades, monitoramento da pesca, efetivação de um dispositivo político-administrativo, como o conselho consultivo da RBLP. Os agentes do estado passam a reconfigurar a RBLP, percorrendo os espaços e atrelando as capacidades e as estratégias perceptivas de pescadores e pesquisadores a um esforço de mapeamento, visando produzir um zoneamento para o plano de manejo. Em pouco tempo este aparato do manejo viabilizaria a assinatura do TC, primeiro instrumento deste tipo firmado em unidades de conservação federais no Brasil (Pinha et al., 2015: 24). Por causa dele, a RBLP se tornou um caso paradigmático no campo da gestão de UCs no país – considerado negativamente por preservacionistas e positivamente pelos socioambientalistas.

Os pescadores envolveram-se nessas mudanças de forma ativa. Ao mesmo tempo em que acusam o aumento da ingerência sobre a vida da comunidade e a pesca, eles apontam as outras forças e atores que estão em jogo na efetivação da “reserva”. Em sua perspectiva, a interdição da rede é também uma maneira de fazer agir em certa direção o poder do dispositivo da conservação. Por outro lado, a participação dos pescadores no manejo é que garante sua exclusividade no acesso aos lagos. Em alguma medida, o aparato de interdição do estado (através das ações de fiscalização, com armas, rádios, embarcações, helicópteros) foi direcionado a pescadores “estrangeiros” ou a “transgressores” internos. Entre as condições da aliança com este aparato está a normatização de suas relações com os seres e os espaços dos lagos, assim como a participação dos laguistas em processos de monitoramento, como as contagens de pirarucu, que se baseiam em suas próprias habilidades perceptivas (Castello, 2004).

A decisão sobre o arpão e a rede, portanto, não se resume ao contraste entre estes dois objetos e a seu significado para pescadores ou funcionários e consultores. Tais objetos são configurações de relações com ambientes, humanos, animais e, o mais importante, uma vez associados a novos seres e coisas, estes objetos têm certas dimensões de seus significados e de seus modos de ação transformados. Note-se que o que se modifica não é exatamente o objeto fisicamente, os seus significados ou a agência que lhe é atribuída, mas a forma como ele estabelece relações – trata-se de uma reconfiguração de suas potencialidades ou *affordances* (Gibson, 1979). Em suma, a permanência do arpão no TC não é mera manutenção de um objeto tradicional – trata-se de uma modificação na forma pela qual tanto pescadores quanto funcionários se engajam através deste objeto.

CASA OU BASE: AVIAMENTO, AMBIENTALISMO E OBJETOS TÉCNICOS

O arpão é uma arma relacionada a uma das habilidades mais conhecidas e prestigiosas dos últimos séculos na Amazônia (Harris, 2005: 208; Murrieta, 2001; Queiroz, 1999; Veríssimo, 1970), que passou mais recentemente a ser vetor e signo de práticas sustentáveis na região. É preciso ter em mente que, antes de se reconfigurar na RBLP em associação ao aparato da conservação (Pinha et al., 2015), o arpão se difundiu pela Amazônia articulando formas de ação das populações ribeirinhas à escala regional do aviamiento (Sautchuk, 2008; Santos, 1980), estabelecendo compatibilidades entre hidrografia, fauna aquática amazônica (sobretudo o pirarucu e o peixe-boi), economia doméstica, redes de regatões e firmas aviadoras que viabilizam o fluxo de víveres e produtos entre rios, florestas, vilas e cidades. O arpão, assim como o modo de vida dos chamados caboclos ou ribeirinhos amazônicos (Harris, 1998; Lima, 1999), jamais foi estritamente local, a começar por sua ponta, em metal, manufaturada nos centros urbanos. Por isto as mudanças acarretadas pelo TC na verdade devem ser lidas como rearranjos nas conexões ou escalas (Tsing, 2015: 37) ativadas pelo arpão.

Começemos por notar que, na Vila Sucuriju, há outros exemplos de permanências que são também reconfigurações. A maior casa da vila, que domina a embocadura do rio, construída pelo mais longo e bem-sucedido patrão de pesca local, foi adquirida alguns anos atrás pelo ICMBio para abrigar sua base de apoio e fiscalização. A coincidência indica que o poder e o potencial conectivo dos padrões rivalizam agora com os do ICMBio, com seu novo estilo de ação in loco, mas cada um a seu modo. Os padrões viabilizaram (e ainda viabilizam) a pesca através de uma ação direta e positiva (Haudricourt, 2014), isto é, dão forma às ações oferecendo crédito para as expedições, adquirindo o produto através do sistema de aviamiento e influindo no ritmo e no formato das expedições aos lagos (Sautchuk, 2008). Eles vinham, aliás, patrocinando o uso da rede, em busca de capturas mais vultosas.

A partir do TC, os funcionários do ICMBio acabam exercendo um tipo de ação indireta e negativa (para seguir nos termos de Haudricourt), que revigora a pesca com arpão sem atuar diretamente sobre ela, mas através de uma dupla ação de “proteção”: seja vigiando os pescadores estrangeiros em prol da exclusividade dos sucurijuenses, seja inibindo laguistas que eventualmente

desobedeçam aos preceitos do TC – o que fomenta a dinâmica local de rumores e denúncias. Funcionários e patrões convivem e competem pelo controle da atividade nos lagos, o que passa também pela relação com os pescadores, em regimes de trocas locais envolvendo formas variadas de ajuda econômica, caronas em barcos, alianças e intrigas. Ainda assim, como agentes locais de processos pan-amazônicos – aviamento e ambientalismo – patrões e funcionários não deixam de aspirar à hegemonia na vila. Enquanto os últimos são desejosos do advento do cooperativismo, que eliminaria os atravessadores, os primeiros almejam o recuo da legislação ou ao menos dos recursos destinados à conservação ambiental.

O fato é que, desde o TC, um novo arpoador assume sua própria canoa por meio de um duplo rito de passagem. Não basta mais o patrão “aviar”, isto é, conceder a primeira “remessa” (víveres e insumos para a expedição de pesca), coroando o longo processo de aprendizagem e consagrando um arpoador “profissional” (Sautchuk, 2005, 2015). Agora os funcionários também devem expedir uma carteira de identificação que autoriza o laguista a ostentar este título, integrando o seletivo grupo daqueles autorizados a pescar nos lagos da RBLP e atrelando-o às iniciativas de gestão participativa.

A permanência modificada da casa e do arpão sublinham que, para entender os processos de transformação, é necessário compreender não apenas a inclusão de novos objetos, mas também a nova gênese de antigos. Ao tratar das escolhas técnicas, Descola (2005: 525) afirma que elas implicam tanto a reconfiguração de elementos já presentes quanto a extensão de um tipo de relação a outras entidades que não eram abarcadas por ela. No âmbito de um interesse renovado pelos artefatos (p.ex., Santos-Granero, 2013), a antropologia das terras baixas tem demonstrado que a inclusão de novos objetos (assim como materiais, ideias e instituições) resulta numa disposição ativa e criativa (e.g., Albert & Ramos, 2002; Mura, 2000; Brightman, 2012). Por extensão, é de se supor também que a resiliência de um objeto num contexto interétnico não signifique meramente a manutenção de uma tradição – Erikson (2001) já demonstrou que a escolha entre armas de caça tradicionais pode ter efeitos políticos externos. A questão da conservação, das áreas protegidas e do manejo participativo merece uma abordagem similar, até porque a centralidade que experimentam ali as técnicas e os objetos técnicos parece estar em descompasso com a atenção que eles têm recebido dos estudiosos.

Para avançar nesta direção, é preciso lidar com objetos em situação de con-

tato ou transformações interétnicas evitando partir das separações tanto entre tradicional e moderno quanto entre o funcionamento material e o significado ou o valor que se lhe atribui. Para Akrich (2014), justamente, o funcionamento do objeto técnico abarca diversos tipos de actantes e a grande questão é como descrever o papel específico destes, sem recair num determinismo técnico ou num construtivismo social. Mas para ela isto implica de fato adentrar o funcionamento e os efeitos do objeto técnico levando em conta como outros actantes estão relacionados a ele e as maneiras como pode ser reformatado. A partir de situações de inovação ou incorporação de objetos industriais em contextos tradicionais, ela oferece uma leitura internalista e não teleológica do que se costuma caracterizar como transferência de tecnologia. Ressalte-se que um dos principais valores da perspectiva de Akrich é recorrer à operação dos objetos técnicos para tratar das relações entre especialistas e populações locais, um dos temas clássicos da ANT (Callon, 1986).

A partir de uma concepção processual e emergentista do objeto técnico, como compreender o tipo de mudança causado pelo acordo acerca do arpão? Em sua abordagem sobre o modo de existência dos objetos técnicos, o filósofo Gilbert Simondon (1989) defendeu que é preciso não olhar para o objeto em si, em sua especificidade ou forma, mas para sua dimensão operativa, o que significa duas coisas. Em primeiro lugar, que para compreender o objeto é necessário abordar a sua gênese, que vai muito além de sua morfologia; depois, que esta gênese é na verdade a constituição de uma comensurabilidade entre diferentes ordens do real separadas. Em outras palavras, o objeto técnico deve ser visto como forma de mediação ou de compatibilização, o que não significa que as relações que o compõem sejam positivas, harmônicas ou dialógicas, mas sim operativas e funcionais, em suma, eficazes num sentido amplo do termo. Com a ênfase na mediação, a perspectiva de Simondon sobre os objetos técnicos é muito distinta das propostas que podemos chamar de “artefatuais” (Guchet, 2017), como costumam defender os estudos de cultura material, que consideram os artefatos como entes ou coisas substantivas e singulares.

Simondon se inspira também no antropólogo André Leroi-Gourhan (1984), que situa a técnica numa posição de mediação, ambivalente, parcialmente vinculada à matéria, ao ambiente e a outros seres. Com isto, Leroi-Gourhan afasta a centralidade da oposição entre invenção (origem interna, culturalista) e empréstimo (origem externa, difusionista), afirmando que o crucial

não é apontar se um objeto vem de fora ou não, mas a forma como operam e se transformam seus princípios de ação. De manifesta inspiração maussiana, ele evita pensar o “fato técnico” a partir da divisão entre as lógicas funcional (material) e étnico-cultural (ou simbólica). Para Leroi-Gourhan (1984: 258-62), longe de uma leitura culturalista ou sociológica, o meio técnico emerge justamente da relação entre algo próprio (o meio interior, a personalidade étnica, que é dinâmica, caracterizada como um devir), e uma alteridade mais que humana (o meio exterior), onde se incluem desde o meio geográfico, o clima, outros seres e inclusive as formas de vida material e as ideias de outros grupos humanos. Se Leroi-Gourhan denomina estas dimensões de interna e externa, é justamente para posicionar o objeto e o meio técnico enquanto formas de mediação, isto é, eminentemente ambivalentes, constituindo e sendo constituídos por ambos.¹

Afastando-se tanto de um relativismo simbólico quanto de um determinismo materialista, este posicionamento metodológico da técnica enquanto mediação indica que todo objeto técnico consiste numa forma de processar e transformar diferenças, na passagem entre o humano e o não humano, o orgânico e o inorgânico. Com isto, Leroi-Gourhan passa ao largo do impasse da “cultura material” entre função e significado, oriundo de um humanismo ainda persistente nos estudos sobre agência de artefatos (Hicks, 2010: 5) que tende a considerar objetos e técnicas como universais na dimensão material e particulares no significado e no valor. Uma das consequências diretas da abordagem de Leroi-Gourhan é reconhecer que os próprios modos operatórios dos objetos têm como condição de existência este meio exterior, que inclui outros grupos humanos. Em uma palavra, os objetos são, para ele, formas de relação.

Assim, a permanência, a substituição ou a criação de um objeto técnico (como o arpão ou a rede) deve ser considerada a partir de seu funcionamento, que se articula com estes elementos heterogêneos – aspectos do objeto, de outros grupos humanos ou do meio. Estes são “da mesma ordem” para Leroi-Gourhan (1984: 280), impossíveis de serem distinguidos previamente e

¹ Toda esta discussão se desenvolve, em Leroi-Gourhan (1984), à sombra das noções de tendência técnica e de fato técnico, que ele emprega para pensar as transformações (origem e difusão), associando assim em seu pensamento a influência do élan vital de Bergson com uma sensibilidade etnográfica. Estas noções parecem úteis para refletir não apenas sobre o fenômeno da conservação, mas também sobre o desenvolvimento, já que eles comportam linhas de força gerais, infletidas e por vezes contraditas em muitas situações particulares. Sendo impossível adentrar nesta seara aqui, encaminho para Mura (2011), numa rara discussão sobre tendência e fato no Brasil.

colocados numa equação de causa e efeito. Esta relação entre interior e exterior é plástica, uma questão em aberto, com valor metodológico, que não se assemelha a clivagens do tipo natureza/cultura e eu/outro. Ela aponta para um potencial de simetrização epistêmica em Leroi-Gourhan, que não reside na dinâmica de associação (como no interacionismo da ANT) ou de projeção de propriedades humanas (como na teoria da agência), mas sim nas dimensões operativa e genética – ou seja, a técnica não só é ação como criação. Na medida em que o arpão passa a operar formas distintas de relações implicadas no manejo, ele está, de algum modo, operando uma transformação.

Lembremos que, para Simondon (1989), uma das características fundamentais dos objetos técnicos é justamente estabelecer uma relação, ou compatibilizar, por meio de seu regime operativo, duas ordens do real que antes eram desconectadas ou incomensuráveis. Ao fazê-lo, o objeto técnico as transforma, gerando um novo processo de individuação. É fácil notar isto em relação ao humano e ao peixe, pois o arpão os transforma em arpoador e presa através de uma afecção da arma com seus dois regimes somáticos, que se tornam vinculados através dele. De modo similar, quando se apresenta no cerne das ações de manejo participativo, o arpão também configura um tipo de compatibilidade entre funcionários e pescadores. Isto não quer dizer que não haja diferenças de poder, pois compatibilização ou comensurabilidade não implicam harmonia, identidade ou equivalência, e sim um modo de relação que engaja e transforma dois modos de existência. Em certo sentido, trata-se justamente do contrário: o arpão funciona enquanto objeto técnico justamente porque significa algo diferente para o arpoador e para o peixe (e para o arpoador e o funcionário). Para compreender tal compatibilização é preciso notar como as formas de relação com o arpão são distintas, mas – ou melhor, por isto mesmo – relacionadas. A maneira como o aparato da conservação institui novas normatividades deve ser considerada também através das formas de operação dos objetos técnicos, novos e antigos.

A PLACA E O LÁPIS: CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E ENCONTROS PRAGMÁTICOS

Em 2012, Tineném, um dos filhos de Camapu, o arpoador que rejeitara o retrato com o peixe, afixou uma placa em sua palafita usada como abrigo na pesca nos lagos, chamada de feitoria na região. A mensagem não poderia ser

mais direta: “Proibido rede”. Tem-se aí uma nova dinâmica na relação de trocas e na ocupação dos lagos, já que as feitorias são o ponto de apoio que permite “mariscar” (ou pescar) em determinadas áreas. Estes abrigos de pesca apresentavam uma dispersão através dos lagos, com acesso e permanência em tese franqueados entre os laguistas, ainda que filtrados por critérios de ligações interpessoais (do parentesco à vizinhança e à empatia). A placa mostra que o uso do arpão (e a evitação da rede) se torna um critério para o acesso a esta dinâmica de ocupação espacial.

De fato, a placa de Tineném é dirigida sobretudo a seus pares, envolvidos nesta forma de circulação baseada nas feitorias. Mas não é possível afirmá-lo sem se referir a duas coisas ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, a placa também busca preservar um bom modo de relação com os peixes e, sobretudo, com os espíritos donos dos animais, que poderiam enviar visagens (espíritos perigosos) ou não enviar peixe aos ocupantes de uma feitoria onde a rede é utilizada. Mas a placa se dirige também aos funcionários e pesquisadores, que veem ali um signo da justeza e efetividade do TC. A placa mimetiza o estilo e a linguagem de interdição do estado, acionando a força dos interditos viabilizados pelo dispositivo da conservação. É, portanto, um sinal eloquente dos múltiplos efeitos (ou conexões) que a escolha do arpão articula.

Acima de tudo, a permanência do arpão na captura do pirarucu passa necessariamente pelo manejo do lápis pelos arpoadores durante as expedições de contagem, quando são auferidos o estoque e monitorada sua sustentabilidade. Os pescadores passam a empreender expedições coletivas, na qual não arpoam, mas contam pirarucus, projetando no futuro sua captura. Não se trata aqui de uma tirada retórica ou de um epifenômeno da conservação. É necessário pensar nestes termos a centralidade do funcionamento do arpão depois do TC, pois ele só perdura, resistindo à rede, porque está em companhia de novos objetos e práticas. Sendo assim, como considerar esta nova gênese do arpão sem recair na oposição entre a pesca tradicional/animista e o ambientalismo moderno/naturalista?

Tal questão é abordada frequentemente através da noção de conhecimentos ou saberes. No meio antropológico anglo-saxão, as expressões conhecimento ecológico tradicional ou conhecimento indígena (TEK ou IK, em inglês) servem para indicar a especificidade (ou a alteridade) das formas de relação com o ambiente de grupos em geral atingidos por iniciativas conservacionistas. Há um amplo debate sobre este termo (Goldman et al., 2011; Ellen et al., 2000)

que inclui diversas críticas, inclusive no caso do manejo participativo de caça. Ingold (2003) se volta contra a ideia de um conhecimento abstrato e engessado, tal como o pensamento moderno tenderia, erroneamente, a reconhecer os TEKs. Há também ponderações como as de Nadasdy (2003: 123-132) sobre integração dos TEKs em sistemas de gestão participativa, indicando-se que eles sofrem processos de “compartimentalização” e são “destilados” ou purificados e, portanto, desqualificados. Mais recentemente têm surgido outras alternativas conceituais, como a noção de ontologia política de Blaser (2009, 2013), que busca apontar a emergência de entidades (como o próprio ambiente) em negociações carregadas de poder, como resultado de conflitos que diferentes mundos ou ontologias estabelecem quando interagem e se misturam.

Tais críticas suscitam cautela sobre o emprego da própria noção de conhecimento tradicional como ferramenta conceitual. Tanto mais em relação à questão aqui considerada, que não se resume à controvérsia sobre o que seja um peixe ou um lago no âmbito dos acordos formais, mas se volta a como, quando e com o que se deve (ou não) matá-lo a partir desta nova realidade imposta pelo aparato da conservação.² Creio, por isto, que o cenário de manejo participativo envolvendo pescadores e funcionários na RBLP é mais apropriadamente abordado por meio da noção de “encontros pragmáticos”, proposta por Almeida (2013).

Partindo da ideia de diferentes ontologias, Almeida entende que os encontros pragmáticos podem gerar compatibilidades, pontes ou conflitos, de acordo com suas implicações práticas. Em linhas gerais, a perspectiva de Almeida guarda proximidades com a de Descola (2005), pois este também concebe as ontologias atreladas a esquemas da prática que as modificam. Mas Almeida insiste sobre dois aspectos fundamentais, ao afirmar que tal encontro não se dá apenas entre os humanos (tradicionais e modernos), mas é um “encontro com entes, mediado por coisas”. Ele frisa, primeiramente, que a relação entre humanos e outros seres não é previsível, seja para cientistas, ou populações tradicionais – o que quer que se esteja chamando de ontologia, ela não é para

2 Muitas vezes, a noção de ontologia acaba reverberando aspectos do culturalismo (Holbraad, 2010: 180), presentes também na noção de conhecimentos tradicionais. A ideia de política ontológica proposta por Blaser (2009, 2013), por exemplo, baseia-se etnograficamente na dimensão discursiva do manejo participativo de caça entre os Yshiro no Paraguai. Apesar de iluminar a complexidade desta realidade, ele não avança com a mesma desenvoltura nas transformações concretas e na nova situação gerada por esses conflitos e acordos na relação com objetos, animais e ambientes.

Almeida um mundo fechado. Em segundo lugar, ele nota que essas relações são sempre mediadas por um conceito ou um instrumento, seja numa pesquisa científica, ou numa atividade de caça. Por isto, ele se refere à importância de se considerar as diferentes técnicas de caça ou pesca, assim como os diferentes métodos para estimar as populações animais e sua sustentabilidade. Almeida evita circunscrever a questão ao plano discursivo ou intelectual (e também à oposição modernos/tradicionais) e a reposiciona no âmbito das relações com outros entes, numa acepção pragmática que mobiliza o fazer tanto dos caçadores quanto dos pesquisadores.

Para avançar numa acepção pragmática do arpão, evitaremos aqui uma abordagem tal como a da biografia ou da agência dos artefatos (Appadurai, 1986; Gell, 1998), justamente porque ela os considera como entidades singulares sobre as quais se projeta uma agência originariamente humana, como observam Ingold (2015: cap. 2) e Hicks (2010). É preferível a ênfase no processo, já que o arpão implica diferentes formas de mediação (e não de projeção). Poderíamos dizer, então, que no TC há duas escolhas técnicas (Lemonnier, 1993) parcialmente convergentes. Não basta afirmar que as escolhas dos funcionários-consultores e dos pescadores são baseadas em lógicas ou ontologias singulares e visam a diferentes reconfigurações dos modos operatórios do arpão. A principal questão é como elas estão mutuamente e parcialmente implicadas. Notemos logo, com Lemonnier (1992: 36), que os critérios das escolhas técnicas são questões etnográficas que só podem ser compreendidas no processo – ou nas cadeias operatórias – que incluem o funcionamento do objeto técnico. Isto significa que a escolha não se dá entre objetos, mas entre diferentes modos operatórios. Uma vez que os processos desempenhados pelo arpão agenciam (Neves, 2009: 108) de maneiras diferentes pescadores e funcionários, é evidente que os motivos das escolhas sejam distintos, ainda que o resultado pareça ser o mesmo para um observador alheio aos meandros dos modos de funcionamento do objeto.

Mas, afinal, como a escolha do arpão viabiliza esta correlação de agenciamentos distintos? Não creio que esta seja uma questão marginal. Aliás, parece razoável supor que situações de conflito socioambiental ou de manejo participativo implicam, via de regra, uma tensão em torno da reorganização de diferentes esquemas operatórios e espacialidades imbricadas e implicadas. Mas é preciso então esclarecer como um mesmo objeto pode perdurar por meio de sua transformação em dois esquemas operatórios distintos. No caso do arpão,

sua manutenção como principal modo de captura do pirarucu acarreta transformações significativas na maneira como arpoadores e funcionários lidam com ele. Em certo sentido, trata-se de uma nova gênese.

Relembremos a dimensão espacial da técnica, já evocada. Não é novidade que a forma e o modo operatório de uma arma, como o arpão, se baseiam no vínculo entre os “mundos próprios”, os *Umwelts*, ou as disposições da presa e do predador (cf. Uexkull, 1982; Gell, 1996). Mas podemos dizer também que os arpoadores assumem sentido no espaço, ou no *Umwelt* dos funcionários e consultores, e vice-versa. Afinal, cientistas também têm um *Umwelt*, de acordo com seu instrumental, como propôs Uexkull (1982) – e neste caso a relação entre arpoadores e peixes faz parte do modo como os funcionários e os consultores lidam com a RBLP.

Para entender como este novo vínculo (entre arpoadores e funcionários) transforma as relações originais arpoador-peixe e funcionários-RBLP, mantendo certos aspectos através da transformação de outros, vejamos o papel assumido pelo arpão e os demais objetos técnicos. Recorrendo mais uma vez ao pensamento de Simondon (1989), é o caso de dizer que, se o arpão (leia-se o acoplamento arpão-arpoador) é um indivíduo técnico, então ele é dotado de um meio associado, isto é, um regime de relações exterior a ele, que é condicionado por ele, mas que condiciona sua existência. Para os arpoadores, o TC significa uma transformação no meio associado do arpão, de modo que sua condição de existência não se resume ao peixe, aos donos dos animais, à aprendizagem através das relações de parentesco (Sautchuk, 2015) e ao sistema de aviação (Sautchuk, 2008). Com o termo de compromisso, o arpão precisa se tornar “sustentável” e isto traz consequências ao seu modo operatório.

MATAR E MANTER: AS OPERAÇÕES DO ARPÃO

O ato de matar do arpoador, por si só, já contém como pressuposto uma forma de manter, no sentido de que a predação induz a reprodução dos peixes, assim como em várias sociedades de caçadores (p.ex., Árhem, 1996). Por outro lado, a preocupação dos consultores e funcionários em manter os estoques contém o suposto de que os peixes serão no futuro, em parte, mortos. O problema da relação entre pescadores e consultores está na natureza deste pressuposto e em como o arpão os atualiza. Enquanto para os pescadores a forma de matar é que incide sobre a permanência dos peixes, para os funcio-

nários, a forma de manutenção dos estoques é que condiciona a possibilidade de matar. Num caso, matam como meio de manter, noutro, mantêm como forma de poder matar. Trata-se, evidentemente, de um tipo de mal-entendido produtivo, como se verifica em muitas relações entre populações tradicionais e ambientalistas (Descola, 1998: 25), sobretudo no que diz respeito à diferença de extensão e sentido da vida e da morte. Enquanto os arpoadores parecem estar lidando com as propriedades da morte, os funcionários ocupam-se dos valores da vida (Praet, 2014). Mas quais são as transformações que fazem o arpão operar atendendo a estes dois preceitos? Como pode o arpão funcionar tornando compatíveis estes dois modos de relação?

Para que o arpão possa não apenas “matar”, nos termos dos laguistas, mas também “manter” vivo o estoque de peixes, no sentido dos funcionários, foi inserido em seu meio associado um sistema de percepção e controle. Se para o pescador, como em várias sociedades de caçadores, o próprio arpão tem também valor de instrumento – isto é, ele revela a existência da presa (Ingold, 2000: 320) – e sua ação predatória tem potencial reprodutor, para os funcionários, o arpão tem potencial de “ferramenta”, ou seja, é capaz de causar um efeito.³ O que serve como informação sobre a existência do peixe e critério de sua perpetuação é a contagem dos pirarucus, estabelecida através de um método que conecta a capacidade perceptiva dos arpoadores e as estimativas científicas sobre populações de animais selvagens (ver Castelo, 2004). Para avançar nisto, é preciso notar que o indivíduo técnico aqui não é exatamente o arpão, e sim o agenciamento (Neves, 2006) ou o acoplamento (Sautchuk, 2007) arpoador-arpão. Assim, a manutenção desse processo de individuação dos arpoadores (ou do acoplamento pescador-arma) está condicionada a uma mudança em seu meio associado, onde são incluídos o lápis e o processo de contagem dos peixes.

A permanência do arpão é, ao mesmo tempo, transformação e manutenção das condições de existência dos arpoadores. Ele passa a existir em oposição à rede, inclusive em termos do acesso aos espaços dos lagos, mas está agora em associação com o lápis, objeto utilizado nas contagens anuais organizadas

3 Sobre a importante diferença entre as funções de instrumento (capaz de perceber), de ferramenta (capaz de agir) e de isolamento (capaz de segregar e proteger) do objeto técnico, ver Simondon (2005b: 88). Isto indica que a realidade ontogenética de um objeto técnico (o seu modo de existência) em geral é muito mais vasta e complexa do que se imagina antes de se aproximar de seu modo operatório.

pelo ICMBio, nas quais os arpoadores precisam participar. Isto significa que o arpão agora viabiliza (e se viabiliza através de) uma tendência à coletivização da relação com os peixes (ligação entre o grupo dos laguistas e o estoque de peixes) e o fortalecimento da temporalidade anual das capturas, com o período de “defeso” (interdição da pesca). Ao mesmo tempo que isto passa a compor o novo meio associado do arpão, sua individuação técnica permanece operando o agenciamento intersubjetivo entre o arpoador-arpão e o peixe. Se se pode falar de uma escolha dos arpoadores, esta foi a de manter a conexão com o arpão (e sua forma de relação com o peixe) através de uma nova gênese, que modifica seu meio associado.

Mas como esta mudança se reflete nos interesses dos funcionários? Um processo de individuação técnica (ou de concretização, nos termos de Simondon, 1989) se caracteriza justamente por conjugar situações díspares, pois ele torna compatíveis dimensões incomensuráveis. Com esta nova gênese, ou ontogênese, o arpão passa também a integrar o conjunto técnico (Simondon, 1989: 61-4) da conservação. Para Simondon, um conjunto técnico não corresponde a uma unidade (a uma individualização), o que está de acordo com o sentido aberto e fluido com que temos tratado a RBLP. Refiro-me, portanto, a um conjunto de objetos técnicos (arpão, voadeiras, mapas, lápis etc.) com uma situação relativamente autônoma, mas que integram um aparato para perceber e agir no âmbito da RBLP. Funcionários ou consultores não empunham diretamente a arma, mas eles acionam operações com uma série de outros objetos que têm como implicação certas formas de ação do arpão – em suma, eles buscam fazer o arpão fazer. Esta arma só pode ser considerada “seletiva”, ou de “baixo impacto” (Pinha et al., 2015: 50), nos termos da conservação, através de sua mobilização em meio a um conjunto de outros objetos. Assim, computadores, voadeiras, GPS e mapas são capazes de recrutar o arpão para agir na consolidação de efeitos territoriais e normativos não apenas do aviamento, mas agora também da conservação.

Esta nova gênese ou ontogênese do arpão não acarreta transformações morfológicas, mas sim operatórias, com implicações inclusive na espacialidade. Para os arpoadores, o arpão ganha um novo potencial, já que ele é capaz de acionar disposições de outra ordem, que resguardam os lagos enquanto um território (a “reserva”), um contraespaço para conter os outros pescadores da região. Já no caso dos funcionários, esta nova gênese do arpão possibilita coletivizar os pescadores e sua relação com os peixes, alcançando uma nova

escala. Ele implementa assim uma forma de ação que se desdobra no tempo, associada a outros objetos na consolidação das fronteiras da RBLP.

A permanência do arpão é positiva para funcionários e pescadores porque, diferente da rede, mantém a solidariedade da arma com o corpo do pescador, ou seja, dinamiza a individuação arpoador/arpão. Para os arpoadores, ainda que atrelado a um novo meio associado (a uma nova condição de existência), o arpão permanece com o potencial de aprofundar ou verticalizar o espaço (converter a superfície em volume) – o arpoador é alguém cuja subjetividade se constitui nesta passagem anfíbia pontual (buiado/fundo) (Sautchuk, 2011). Para os funcionários, a manutenção da conexão somática arpoador-arpão através deste novo conjunto técnico (pois o arpão integra o aparato da conservação) é uma forma de evitar a projeção horizontal da rede no espaço dos lagos e de restringir sua ação no tempo (pois com o arpão a captura depende da presença do arpoador). Portanto, se é verdade que pescadores e funcionários consideram o arpão melhor do que a rede a partir de motivos distintos, estes não são incomensuráveis, mas parcialmente atrelados ou implicados num novo modo de existência deste objeto técnico, incluído numa ontogênese de seres e coisas.

CONSERVAÇÃO COMO TRANSFORMAÇÃO TÉCNICA

Poderia ser dito que a situação aqui enfocada tem contornos incomuns, pois envolve um acordo (o TC) e uma permanência (do arpão), quando boa parte dos casos de manejo participativo apresentam desacordos e inovações. Mas, justamente, trata-se de demonstrar que mesmo este caso está na verdade baseado em diferenças e em mudanças, mutuamente implicadas. Esta postura se baseia num desdobramento dos estudos sobre conservação, que tratam as reservas como artefatos – isto é, dotadas de um caráter processual e material – e dos conflitos como encontros pragmáticos, e não apenas choques cosmológicos ou ontológicos. A partir disto, parece viável advogar por uma abordagem das técnicas, buscando compreender as transformações existentes na consolidação do espaço da conservação, que gera tecnicidades instituídas em relação.

No caso tratado aqui, envolvendo as diferenças implicadas num acordo, fica claro que um mesmo objeto técnico muda seu regime operatório justamente porque modificam-se as disposições com as quais ele se relaciona. Isto não

levou a uma incomensurabilidade, afinal, a diferença não é uma circunstância externa, mas o fundamento mesmo do modo de existência dos objetos técnicos. É por isto que Leroi-Gourhan (1984) chamava a atenção para o caráter eminentemente comunicativo e fronteiro do que ele considerava como o meio técnico. Diferentemente do modelo identitário-culturalista dos artefatos, para Leroi-Gourhan (2002) a técnica expressa sempre um processo de gênese relacional, mesmo quando se trata da permanência de certos objetos.

Sem dúvida, a conservação é um projeto de caráter jurídico-normativo e ecológico. Entretanto, ela deve ser vista também, como um projeto de caráter técnico, isto é, voltado para ações e operações que estabelecem ou impedem certos tipos de conexões entre seres e coisas. O relativo distanciamento entre os estudos sobre conservação e sobre técnica só poderia se basear numa ideia moderna acerca da autonomia da tecnologia e de sua oposição à natureza (Séris, 1994: 312ss.). Canguilhem (1974) percebeu este problema, argumentando que a suposta relação de exterioridade entre técnica e vida, defendida por certos ambientalistas, não se sustenta, pois a técnica é um modo de organização da matéria pela vida. No plano etnográfico, a grande questão é, então, a forma que esse processo assume. De certo modo, a abordagem antropológica da conservação e das relações com o meio ambiente, ao criticar a ideia de uma natureza intocada (Diegues, 2008), convida justamente a um olhar mais detido dos processos e dos objetos técnicos. Isto permite não apenas abordar as ações dos diferentes protagonistas, mas também o modo como suas técnicas se transformam e se implicam mutuamente, resultando em compatibilizações que instituem novas relações de poder e ajudam a explicar os termos dos conflitos.

Referências bibliográficas

- AKRICH, M. 2014. "Como descrever os objetos técnicos?". *Boletim Campineiro de Geografia*, 4 (1): 161-182.
- ALBERT, B. 2002. "O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (yanomami)". In: B. Albert & A. Ramos. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp. pp. 239-270.
- ALBERT, B. & Ramos, A. R. (orgs.). 2002. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp.
- ALMEIDA, M. B. 2013. "Caipora e outros conflitos ontológicos". *R@U*, 5 (1): 7-28.
- ANDERSON, D. G. & Berglund, E. K. (orgs.). 2003. *Ethnographies of conservation: environmentalism and the distribution of privilege*. Oxford: Berghahn Books.

- ANTUNES, A. P. et al. 2014. "O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XX". *Boletim do MPEG – Ciências Humanas*, 9 (2): 487-518.
- APPADURAI, A. (org.). 1986. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ÂRHEM, K. 1996. "The cosmic food web: human-nature relatedness in the northwest Amazon". In: P. Descola & G. Pálsson (orgs.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres: Routledge. pp. 185-204.
- BALÉE, W. 1989. "Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira". In: W. Neves (org.). *Biologia e Ecologia Humana na Amazônia*. Belém: MPEG. pp. 95-109.
- BARRETTO FILHO, H. T. 2001. Da Nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação. Tese de doutorado, USP, São Paulo.
- _____. 2004. "Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil". In: F. Ricardo (org.). *Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: ISA. pp. 53-63.
- _____. 2006. "Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção". In: C. Adams; R. Murrieta & W. Neves (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume. pp. 109-143.
- _____. 2010. "Áreas naturais, artefatos culturais: uma Perspectiva Antropológica sobre as Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia Brasileira". In: A. W. B. de Almeida & E. de A. Farias Júnior (orgs.). *Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro*. Manaus: UEA Edições. pp. 148-212.
- BLASER, M. 2009. "The Threat of the Yrmo: The Political Ontology of a Sustainable Hunting Program". *American Anthropologist*, 111 (1): 10-20.
- _____. 2013. "Ontological Conflicts and the Stories of Peoples in Spite of Europe: Toward a Conversation on Political Ontology". *Current Anthropology*, 54 (5): 547-568.
- BRIGHTMAN, M. 2012. "Maps and clocks in Amazonia: the things of conversion and conservation". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 18 (3): 554-571.
- CALLON, M. 1986. "Some Elements of a Sociology of Translation: Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieuc Bay". In: J. Law (org.). *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge*. London: Routledge. pp. 196-233.
- CANGUILHEM, G. 1974. "La question de l'écologie. La technique ou la vie". *Dialogues*, março: 37-44.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela e ALMEIDA, M. 2009. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: Carneiro da Cunha, M. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naify. p. 277-300.
- CASTELLO, L. 2004. "A Method to Count Pirarucu *Arapaima gigas*: Fishers, Assessment, and Management". *North American Journal of Fisheries Management*, 24 (2): 379-389.
- DESCOLA, P. 1998. "Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia". *Mana*, 4 (1): 23-45.
- _____. 2005. *Par-delà nature et culture*. Paris: Éditions Gallimard.
- DIEGUES, A. C. S. (org.). 2000. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec / Nupaub-USP.
- _____. 2008. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB.
- ELLEN, R.; Parkes, P. & Bicker, A. (orgs.). 2000. *Indigenous environmental knowledge and its transformations*. Londres: Routledge.

- ERICKSON, C. L. 2006. "The domesticated landscapes of the Bolivian Amazon". In: W. L. Balée & C. L. Erickson (orgs.), *Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands*. New York: Columbia University Press. pp. 235-278.
- ERIKSON, P. 2001. "Myth and Material Culture: Matis Blowguns, Palm Trees, and Ancestors Spirits". In: P. Rivière; L. M. Rival & N. L. Whitehead (orgs.). *Beyond the visible and the material*. Oxford: Oxford University Press. pp. 101-121.
- ESCOBAR, A. 1999. "After Nature: Steps to an Antiessentialist Political Ecology". *Current Anthropology*, 40 (1): 1-30.
- GELL, A. 1996. "Vogel's Net: Traps as Artworks and Artworks as Traps". *Journal of Material Culture*, 1 (1): 15-38.
- _____. 1998. *Art and Agency: An Anthropological Theory*. Oxford: Clarendon Press.
- GIBSON, J. J. 1979. *The ecological approach to visual perception*. Boston: Houghton Mifflin.
- GOLDMAN, M.; NADASDY, P. & TURNER, M. (orgs.). 2011. *Knowing Nature: conversations at the Intersection of political ecology and science studies*. Chicago: Univ. of Chicago Press.
- GRENAND, P. 1995. "De l'arc au fusil: un changement technologique chez les Wayapi de Guyane". In: F. Grenand & V. Randa (orgs.). *Transitions plurielles : exemples dans quelques sociétés des Amériques*. Paris: Peeters. pp. 23-53.
- GUCHET, X. 2017. "Objet versus artefact. Pour une philosophie des techniques orientée-objet". *Cahiers COSTECH*, 1.
- HARRIS, M. 1998. "'What it Means to be Caboclo': Some critical notes on the construction of Amazonian caboclo society as an anthropological object". *Critique of Anthropology*, 18 (1): 83-95.
- _____. 2005. "Riding a wave: Embodied skills and colonial history on the Amazon floodplain". *Ethnos*, 70 (2): 197-219.
- HAUDRICOURT, A.-G. 2014. "Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro". *Série Tradução, Dep. Antropologia/UnB*, 420: 17 págs.
- HICKS, D. 2010. "The Material Cultural Turn: event and effect". In *The Oxford Handbook of Material Culture Studies*. Oxford: Oxford University Press. p. 25-98.
- HOLBRAAD, M. 2010. "Ontology Is Just Another Word for Culture: Against the Motion". *Critique of Anthropology*, 30 (2): 179-85.
- IBAMA. 2006. *Termo de compromisso n. 1/2006*. Superintendência Estadual do Amapá, Reserva Biológica do Lago Piratuba.
- INGOLD, T. 2000. *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge.
- _____. 2003. "Two Reflections on Ecological Knowledge". In: G. Sanga & G. Ortalli (orgs.), *Nature knowledge: ethnoscience, cognition, and utility*. New York: Berghahn Books. pp. 301-11.
- _____. 2015. *Estar vivo. Ensaios sobre Movimento, Conhecimento e Descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.
- LEMONNIER, P. 1992. *Elements for an anthropology of technology*. Ann Arbor: University of Michigan.
- _____. 1993. Introduction. In: P. Lemonnier (org.). *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*. Londres: Routledge. pp. 1-35.
- LEROI-GOURHAN, A. 1984. *Evolução e técnicas II – o meio e as técnicas*. Lisboa: Edições 70.
- _____. 2002. *O gesto e a palavra II – memória e ritmos*. Lisboa: Edições 70.
- LIMA, D. M. 1999. "A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais

- no meio rural amazônico". *Novos Cadernos NAEA*, 2 (2): 5-32.
- LITTLE, P. 1999. "Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium". *Annual Review of Anthropology*, 28: 253-284.
- _____. 2001. *Amazonia: territorial struggles on perennial frontiers*. Baltimore: J. Hopkins.
- _____. (org.). 2010. *Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da interculturalidade*. São Paulo: IEB/ Annablume.
- LOPES, J. S. L. 2006. "Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação". *Horizontes Antropológicos*, 12 (25): 31-64.
- MAUSS, M. 2006. *Techniques, technology and civilisation*. New York: Berghahn Books.
- MURA, F. 2000. *Habitações kaiowa: formas, propriedades técnicas e organização social*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional-UFRJ.
- _____. 2011. "De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia". *Horizontes Antropológicos*, 17 (36): 95-125.
- MURRIETA, R. S. 2001. "A mística do pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do Baixo Amazonas". *Horizontes antropológicos*, 7 (16): 113-130.
- NADASDY, P. 2005. "The Anti-Politics of TEK: The Institutionalization of Co-Management Discourse and Practice". *Anthropologica*, 47 (2): 215-232.
- NEVES, J. P. 2007. *O apelo do objecto técnico*. Porto: Campo das Letras.
- PINHA, P. R. S. et al. 2015. "Acordos para Conservação da Reserva Biológica do Lago Piratuba". *Biodiversidade Brasileira*, 5 (1): 32-58.
- PRAET, I. 2014. "Animal conceptions in animism and conservation". In: G. Marvin & S. McHugh (orgs.). *Handbook of Human-Animal Studies*. Londres: Routledge. pp. 154-167.
- QUEIROZ, H. L. de. 1999. "Artisanal fisheries of pirarucu at the Mamirauá Ecological Station". In: C. Padoch et al. (org.). *Várzea*. New York: The New York Botanical Garden Press. pp. 83-99.
- RIBEIRO, G. L. 1992. "Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Nova ideologia/utopia do desenvolvimento". *Revista de Antropologia*, 42: 59-101.
- RIVAL, L. 1996. "Blowpipes and spears: the social significance of Huaorani technological choices". In: P. Descola & G. Pálsson (orgs.). *Nature and society: anthropological perspectives*. Londres: Routledge. pp. 145-164.
- SANTOS, M. 2009. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, R. 1980. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- SANTOS-GRANERO, F. 2013. *The occult life of things: native Amazonian theories of materiality and personhood*. Tucson: University of Arizona Press.
- SAUTCHUK, C. E. 2005. "Laguistas et pescadores: l'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil)". *Techniques et culture*, 45: 161-186.
- _____. 2007. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília.
- _____. 2008. "Comer a farinha, desmanchar o sal: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico". *Série Antropologia, DAN/UnB*, 420: 17 págs.
- _____. 2010. O que a rede nos ensina sobre o pescador? *Revista Coletiva*, 01: 6 págs.
- _____. 2011. "Gestos, águas e palavras na pesca amazônica". *Anuário Antropológico*, 2010(II): 83-105.
- _____. 2015. "Aprendizagem como gênese: prática, skill e individuação". *Horizontes Antropológicos*, 21

(44): 109-139.

_____. No prelo. "The pirarucu net: artefact, animism and the technical object". *Journal of Material Culture*.

SÉRIS, J.-P. 1994. *La technique*. Paris: PUF.

SIGAUT, F. 1994. Technology. In Ingold, T. (Org.) *Companion Encyclopedia of Anthropology*. London: Routledge. p. 420-459.

SIMONDON, G. 1989. *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.

_____. 2005. *L'invention dans les techniques: cours et conférences*. Paris: Seuil.

THOMAS, K. 2010. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras.

TSING, A. L. 2015. *The mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins*. Princeton: Princeton University Press.

UEXKÜLL, J. von. 1982. *Dos animais e dos homens (Digressões pelos seus mundos-próprios e Doutrina do Significado)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

VERÍSSIMO, J. 1970. *A pesca na Amazônia*. Belém: Editora UFPA.

WEST, P. et al. 2006. "Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas". *Annual Review of Anthropology*, 35: 251-277.